

Governo, desorganizado, não cobra dívidas

Débitos da iniciativa privada, estatais, União, Estados e prefeituras superam Cr\$ 1 trilhão

HELENA DALTRO

BRASÍLIA — Mais de 600 mil empresas, principalmente do setor privado, estão em situação de inadimplência nos registros da Previdência Social. Em conjunto, as prefeituras, os Estados e a União devem mais de Cr\$ 1 trilhão, cerca de um quinto das despesas globais com benefícios previstas este ano, de acordo com dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). "O governo é tão desorganizado que não consegue cobrar suas dívidas, tampouco faz cumprir as penalidades previstas em lei para os inadimplentes", critica o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), membro da Comissão de Seguridade Social da Câmara.

Pela Lei nº 7.787/89, a Previdência Social é obrigada a divulgar, a cada três meses, no **Diário Oficial da União**, a lista dos devedores. A legislação, que o Congresso transformou a partir da vigência da Medida Provisória nº 63, esclarece o deputado, impede que os devedores tenham acesso a linhas de crédito oficial, disputem concorrência e licitações públicas, busquem recursos em instituições financeiras e abram ou aumentem seus negócios. "Nada disso está sendo cumprido, pois o governo tem dificuldades até para saber quem são os devedores", diz Brito.

As faltas de recolhimento das contribuições provocaram a abertura de 240 mil processos para cobrança dos débitos, em todo o País. Somente as empresas privadas e estatais devem Cr\$ 760 bilhões; as prefeituras, Cr\$ 243 bilhões; os governos estaduais, Cr\$ 24 bilhões; e a própria União, outros Cr\$ 7 bilhões, segundo o INSS. Esses débitos somam exatamente Cr\$ 1,034 trilhão.

No ano passado, o INSS teve créditos de contribuições no valor de



Kenji Honda/AE

Brito: "Maior marajá é o governo"

Cr\$ 1,7 trilhão, mas, cerca de Cr\$ 515 bilhões ficaram comprometidos pela sonegação. Para agravar esse quadro, o Tesouro Nacional não depositou este ano nem um centavo dos recursos do Finsocial (imposto calculado sobre a receita bruta) e da contribuição sobre o lucro das empresas. Brito calcula que o desvio desse dinheiro, de janeiro a março, supera US\$ 850 milhões, equivalentes a cerca de Cr\$ 212 bilhões pelo câmbio comercial.

"O maior marajá da Previdência é o próprio governo", acusa o deputado. Os recursos arrecadados com o Finsocial e sobre o lucro das empresas deveriam ser destinados exclusivamente ao Seguro Social, como manda a Constituição. Esse dinheiro vem sendo utilizado, entretanto, para pagar as contas do Tesouro Nacional com pessoal e administração de vários órgãos do Executivo.

A Previdência Social assiste, atualmente, 13 milhões de aposentados e pensionistas, aos quais paga 77 tipos de benefícios, que vão do auxílio-natalidade ao auxílio-reclusão e pensão por morte. Existem 8 milhões de aposentados que recebem menos de um salário mínimo (Cr\$ 17 mil) de benefício por mês porque o Executivo ainda não pôs em execução o Plano de Custeio e Benefícios previsto pela Constituição, que fixa o piso de um salário mínimo para as aposentadorias.